

Edição 2026



Índice de Inclusão Educacional (IIE) Uma leitura integrada da educação básica no Brasil

Organização: **David Saad**, Diretor-Presidente
do Instituto Natura para a América Latina

Sumário

3 **Apresentação**

PARTE I

4 **Capítulo 1** – Índice de Inclusão Educacional: uma abordagem inovadora para medir a qualidade da Educação Básica

PARTE II

9 **Capítulo 2** – Sem atalhos: os resultados necessários para um sistema educacional inclusivo

12 **Capítulo 3** – IIE e Matemática (parte 1)

18 **Capítulo 4** – IIE e Matemática (parte 2)

22 **Capítulo 5** – IIE e PIB per capita

28 **Capítulo 6** – Melhorar o IIE é uma questão de desenvolvimento e equidade

32 **Capítulo 7** – IIE e o gargalo dos anos finais do Ensino Fundamental

37 **Capítulo 8** – IIE nas capitais

41 **Conclusão** – O caminho a seguir

APRESENTAÇÃO

A educação básica brasileira dispõe de uma grande quantidade de dados e indicadores. Ainda assim, seguimos com dificuldade de responder, de forma simples e objetiva, a uma pergunta central: qual é, de fato, a capacidade do nosso sistema educacional de formar jovens que concluam toda a sua trajetória escolar, no tempo adequado e com aprendizagem suficiente?

Foi a partir dessa inquietação que me aproximei do Índice de Inclusão Educacional (IIE). O indicador, desenvolvido pela Metas Sociais — organização liderada por Reynaldo Fernandes, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV) —, parte de uma premissa direta: mais do que analisar etapas isoladas ou médias de desempenho, é preciso olhar para a trajetória completa.

O IIE busca responder, de forma integrada, qual o percentual de uma geração que consegue chegar ao final da educação básica (até os 18 anos) com aprendizagem ao menos no nível básico em Língua Portuguesa e Matemática.

Essa abordagem traz algumas diferenças importantes. Ao considerar simultaneamente fluxo e aprendizagem, o IIE evita leituras fragmentadas e permite uma visão mais próxima da realidade do sistema. Ao exigir desempenho mínimo nas duas disciplinas, não dilui desafios relevantes — como o caso da matemática. E, ao acompanhar gerações ao longo do tempo, ajuda a conectar a educação com seus impactos mais amplos na sociedade.

Este e-book reúne uma série de reflexões construídas a partir desse indicador em 2026. Nas próximas páginas, você lerá uma coletânea de artigos publicados ao longo do primeiro trimestre deste ano. Nesta série, eu procuro explorar o que o IIE revela sobre o Brasil: **as diferenças entre estados e capitais, os impactos da pandemia, os desafios específicos de aprendizagem, as limitações dos indicadores tradicionais e as relações — nem sempre imediatas — entre educação e desenvolvimento socioeconômico.**

A proposta é organizar melhor as perguntas. Se quisermos avançar de forma consistente, precisamos de referências que nos ajudem a enxergar o sistema como um todo e a orientar prioridades.

Convido você a percorrer essa jornada com esse olhar integrado. Acredito que, ao final, ficará mais claro não apenas o tamanho do desafio, mas também os caminhos possíveis para enfrentá-lo.

Confira mais informações sobre o índice em www.painel-iae.com.br

PARTE I



8 de janeiro de 2024

Capítulo 1

Índice de Inclusão Educacional: uma abordagem inovadora para medir a qualidade da Educação Básica

É possível ter um indicador que nos dê um bom retrato da Educação Básica como um sistema integrado e não só de suas partes? E que ainda seja fácil de entender e monitorar? Sim, esse indicador existe e é o tema deste e-book.

O objetivo central da Educação Básica deve ser simples de mensurar e compartilhar. Essa é uma das premissas das agendas sociais que avançaram rapidamente, como a queda da mortalidade infantil, e que pode ser replicada também na Educação.

Uma vez definido esse objetivo central (apoiar crianças e adolescentes em todas as fases da sua jornada educacional de forma que concluam o Ensino Médio, com aprendizado adequado e no prazo apropriado), entendemos que a qualidade da Educação Básica só será alcançada por meio da melhoria em todas as etapas, com uma abordagem que promova a equidade de todos os estudantes.

Isso significa que as melhorias devem ocorrer sistematicamente ao longo de toda a trajetória educacional, nos temas transversais e que **nenhum aluno seja excluído com base em sua raça, cor, condição socioeconômica, ou qualquer outro critério.**

Enxergar a Educação Básica como um processo único que deve funcionar para todos é o grande desafio.

Embora políticas públicas tenham sido implementadas ou estejam em andamento para enfrentar alguns desses desafios de maneira isolada, a verdadeira transformação não virá somente de soluções pontuais ou fragmentadas por etapas do ensino. Investir na alfabetização, por exemplo, é crucial, assim como cuidar do Ensino Médio, da capacitação dos professores, etc.

Com base nessa perspectiva integrada, a organização Metas Sociais, liderada pelo ex-presidente do Inep Reynaldo Fernandes, a pedido do Instituto Natura, desenvolveu um indicador que tem como objetivo avaliar a Educação Básica de forma abrangente e geracional: o Índice de Inclusão Educacional (IIE).

Existem várias maneiras de defini-lo, mas um jeito simples de compreendê-lo é responder à pergunta:

Qual percentual de crianças nascidas em um determinado ano no Brasil conseguiram chegar e concluir o Ensino Médio a tempo e com aprendizado adequado?



A Educação brasileira tem sido uma referência em termos da disponibilidade de dados e avaliações, o que é fundamental. No entanto, mesmo com todos esses dados não temos um retrato da performance da Educação Básica como um todo e de uma forma fácil de entender.

Peguemos o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), por exemplo, que foi uma grande inovação, e talvez um dos maiores responsáveis pela evolução da educação em tempos recentes. Quem é capaz de entender o que significa melhorar 0,3 pontos no IDEB dos anos finais? O que isso realmente significa em termos da performance do sistema da Educação Básica? Apenas alguns poucos estudiosos da educação têm essa resposta, sem falar que, como o IDEB é calculado por etapa, desconsidera os problemas de fluxo das etapas anteriores. Ou seja, não é um dado que retrata a Educação Básica como um todo.



O PISA, além de outras questões de adaptação à realidade brasileira (evasão e distorção idade/série) não olha até o final do Ensino Médio, etapa muito importante por estar conectada com questões sociais como emprego, renda e equidade.

O Índice de Inclusão Educacional (IIE) traz um novo ponto de vista em que é possível analisar a Educação Básica como um todo e de forma que seus resultados sejam de fácil entendimento: somente X% das crianças nascidas no Brasil no ano 200Y conseguiram chegar e concluir o Ensino Médio no tempo apropriado com aprendizagem adequada.

O IIE é um indicador que compila os impactos de todos os fatores que afetam o progresso dos alunos e a qualidade educacional em todas as fases. Como um resumo abrangente da trajetória da Educação Básica, as variações nos indicadores socioeconômicos podem ser percebidas com maior clareza ao analisar seus efeitos, assunto que será abordado em futuros artigos.

A metodologia do Índice de Inclusão Educacional (IIE)

Para avaliar a qualidade da Educação Básica, é fundamental entender a metodologia por trás do IIE e como seus parâmetros são definidos.

O IIE faz parte de uma família de indicadores com a mesma concepção, mas varia dependendo de como definimos seus conceitos. Portanto, esses indicadores são sensíveis aos parâmetros que escolhemos. São eles:

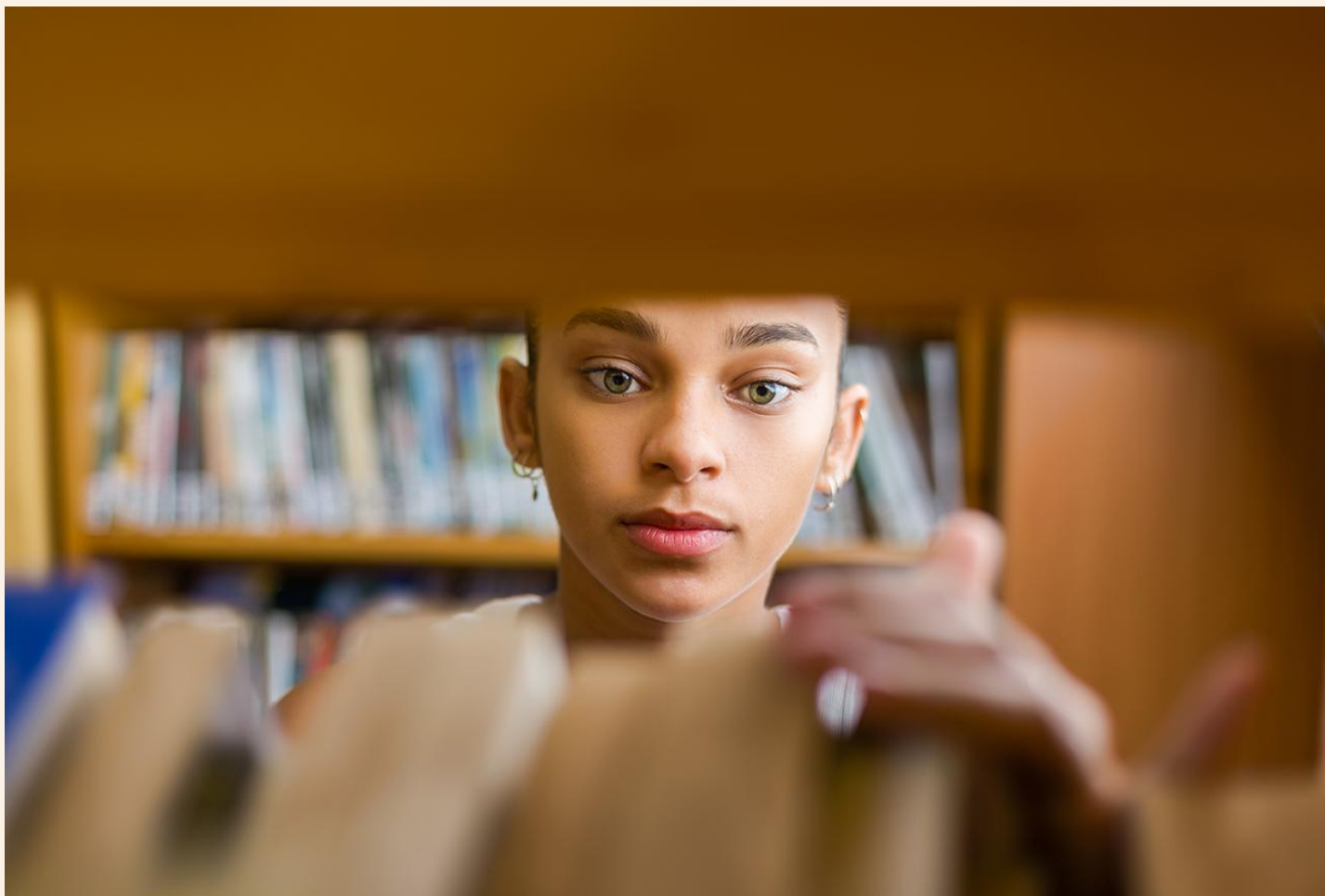
1. Definição de geração: Começamos definindo o que consideramos uma "geração": todos os nascidos em um dado ano utilizado como referência.

2. Tempo apropriado para conclusão do Ensino Médio: é considerado no máximo até os 18 anos de idade, ou seja, todos aqueles estudantes que completarem até 18 anos no ano do exame e forem da geração de referência, serão considerados no indicador. Optou-se por utilizar idade calendário e não idade escolar para facilitação do entendimento. A análise de sensibilidade demonstrou que a troca dessa premissa não traz variações relevantes para o indicador.

3. Corte de proficiência: Para determinar quem está "incluído educacionalmente", estabelecemos um corte de proficiência em 300 pontos na escala SAEB. Isso significa que um aluno que obtiver 300 pontos ou mais em português e matemática será considerado proficiente. Esse corte pode ser ajustado para ser mais rigoroso ou flexível, conforme objetivo da análise.



Com esses parâmetros definidos, calculamos o IIE que envolve a contabilização de quantos alunos concluíram o Ensino Médio com proficiência, adiantados ou em linha, comparativamente com quantos deveriam ter concluído com base em dados populacionais.



Para tal, foram utilizados Censo Escolar, dados do SAEB e PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios).

Trata-se de um processo de cálculo complexo, que, no entanto, nos entrega um resultado muito simples de entender.

Qual o percentual de crianças nascidas em um determinado ano no Brasil que conseguiram concluir o Ensino Médio a tempo e com aprendizado adequado?

Nos próximos capítulos, analisarei a resposta que o IIE dá para essa pergunta e o que podemos fazer.

A educação é a chave para a transformação da sociedade, e o IIE é mais uma ferramenta valiosa nesse processo.

PARTE II

22 de janeiro de 2026

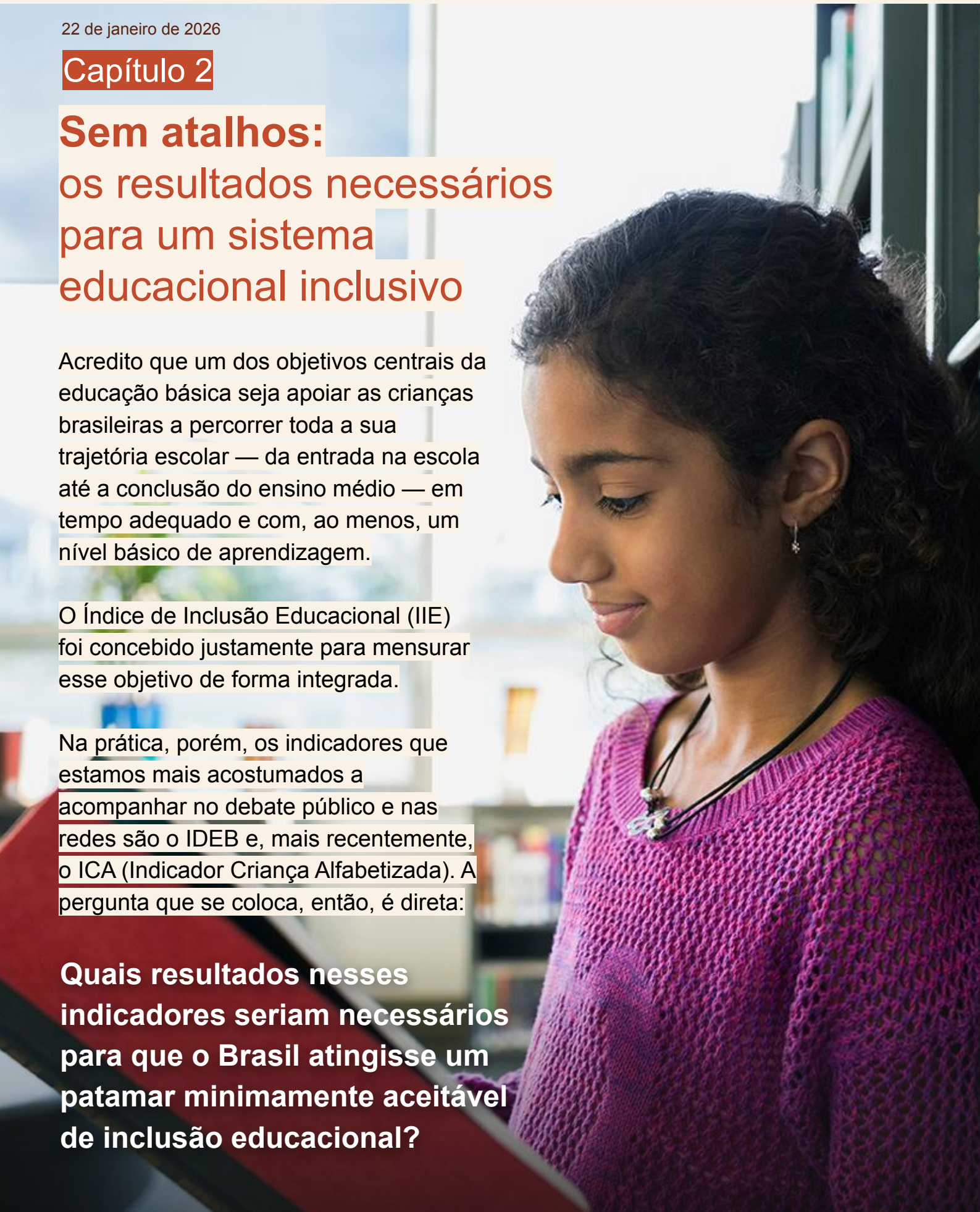
Capítulo 2**Sem atalhos:
os resultados necessários
para um sistema
educacional inclusivo**

Acredito que um dos objetivos centrais da educação básica seja apoiar as crianças brasileiras a percorrer toda a sua trajetória escolar — da entrada na escola até a conclusão do ensino médio — em tempo adequado e com, ao menos, um nível básico de aprendizagem.

O Índice de Inclusão Educacional (IIE) foi concebido justamente para mensurar esse objetivo de forma integrada.

Na prática, porém, os indicadores que estamos mais acostumados a acompanhar no debate público e nas redes são o IDEB e, mais recentemente, o ICA (Indicador Criança Alfabetizada). A pergunta que se coloca, então, é direta:

Quais resultados nesses indicadores seriam necessários para que o Brasil atingisse um patamar minimamente aceitável de inclusão educacional?



Vale abrir aqui um parêntese importante. A única inclusão educacional verdadeiramente aceitável é a de 100% — nenhuma criança deixada para trás. No entanto, considerando que hoje nosso IIE está abaixo de 20% e que mesmo países com sistemas educacionais mais desenvolvidos não parecem alcançar a inclusão plena, optei por trabalhar, nesta análise, com um cenário de 60% de inclusão educacional. Trata-se, portanto, de um patamar três vezes superior ao que efetivamente mensuramos hoje.

Para construir essa análise prospectiva, utilizo o simulador que calcula o IIE Legado. Como toda simulação, múltiplos cenários são possíveis. Apresento aqui aquele que me parece mais razoável do ponto de vista de coerência interna do sistema educacional.

Nesse cenário, seriam necessários os seguintes resultados nas diferentes etapas da educação básica:

- Alfabetização: ICA de 95% (dado do ICA 2024: 59,2%)
- Ensino Fundamental – Anos Iniciais: IDEB de 7,2 (dado mais recente da rede pública: 5,7)
- Ensino Fundamental – Anos Finais: IDEB de 6,2 (dado mais recente da rede pública: 4,7)
- Ensino Médio: IDEB de 5,6 (dado mais recente da rede pública: 4,1)

Como já mencionado, este é apenas um dos cenários possíveis. A educação é um processo de valor adicionado: os resultados de cada etapa influenciam diretamente os resultados das etapas seguintes. Isso significa que desempenhos um pouco mais fracos em uma etapa podem, em alguma medida, ser compensados por desempenhos melhores em outras.

Ainda assim, esse conjunto de resultados caracterizaria um sistema educacional capaz de produzir um IIE Legado de 60%, patamar que considerarei aceitável dentro do exercício proposto — e que representa um avanço significativo em relação à situação atual.

Que mensagens emergem desses números?

Primeiro, a necessidade de políticas públicas que entreguem resultados robustos. Melhorias marginais — de 0,1 ou 0,2 ponto no IDEB a cada ciclo de mensuração — simplesmente não são suficientes diante do desafio colocado.

Segundo, a alfabetização na idade certa aparece como a base de todo o sistema. Sem avanços substanciais nessa etapa, todo o restante se torna insuficiente.

Terceiro, é indispensável trabalhar simultaneamente em todas as etapas da educação básica. Todas elas demandam melhorias relevantes, e não há atalhos sustentáveis concentrando esforços em apenas um ponto do percurso escolar. Para isso, outras agendas importantes, mas que não têm uma ligação mais direta com esses resultados, talvez tenham que receber menos energia nesse momento.

A boa notícia é que **já existem políticas públicas estruturantes em implementação ao longo de toda a educação básica**. Esse movimento parece mais avançado, neste momento, na alfabetização e no ensino médio, ainda que haja espaço claro para maior estruturação e ampliação de alcance. O desafio agora é acelerar e ajustar essas políticas.

Além disso, como destacado anteriormente, cada etapa influencia as seguintes. Avanços consistentes nas etapas iniciais, por si só, tendem a melhorar — ainda que parcialmente — os resultados nas etapas posteriores. Isso faz com que avanços no Ensino Médio, por exemplo, que parecem muito desafiadores, possam ser alcançados uma vez que os alunos ingressantes nessa etapa cheguem com um nível de defasagem bem menor do que o atual.

Por fim, é sempre importante lembrar que, diferentemente do IIE tradicional, que mede trajetórias já percorridas, o IIE Legado é um modelo preditivo. Ele combina dados observados e probabilidades para estimar qual seria o desempenho futuro de uma geração que cursasse todo o ciclo educacional sob determinadas condições.

Embora se apoie em uma metodologia robusta — construída pela equipe da Metas Sociais e descrita no Painel IIE —, o índice deve ser interpretado com o devido cuidado: ele serve para identificar tendências e ordens de grandeza, não como uma medida precisa ou determinística do futuro.

PARTE II

5 de fevereiro de 2026

Capítulo 3

IIE e a Matemática (parte 1)

Muito tem se falado sobre a importância da matemática na educação básica. Não é uma questão nova, mas tem merecido mais atenção ultimamente — o que é algo positivo.


Um dos motivos de a matemática ter ficado relativamente “escondida” no debate educacional está relacionado à forma como os principais indicadores da educação brasileira foram construídos e comunicados. Ao observarmos os dados e análises sobre o IDEB, vemos uma média de desempenho em Língua Portuguesa e Matemática. Já os percentuais de estudantes abaixo do nível básico apenas em matemática — o que raramente é monitorado com consistência e comparabilidade no espaço e no tempo — costumam aparecer de forma fragmentada e, em geral, com foco no ensino médio, quando muitos estudantes já ficaram para trás e sequer entram mais na conta.



O Índice de Inclusão Educacional, pela maneira como foi construído, não incorre nessas duas armadilhas. **Ele acompanha toda a jornada educacional, piorando à medida que alunos são deixados para trás.** Mais importante:

O IIE considera o desempenho em Matemática e em Língua Portuguesa não como uma média, mas como duas condições que precisam ser atendidas simultaneamente. Ou seja, o estudante precisa ultrapassar o limite do nível básico nas duas disciplinas.

Assim, o IIE responde a uma pergunta central: qual é o percentual da geração que conseguiu concluir o ensino médio, com até 18 anos, com um nível de qualidade de aprendizagem acima do básico em Língua Portuguesa e em Matemática. Só isso já oferece um ponto de vista mais preciso para quem se interessa pelo tema da matemática na educação básica.



Além disso, desenvolvemos o IIE Matemática (assim como o IIE Língua Portuguesa), disponível no Painel IIE, na aba Disciplinas. Ele traz informações adicionais relevantes.

A primeira delas, o que não chega a ser uma surpresa, é que o IIE Matemática é inferior ao IIE Língua Portuguesa.

Visão Brasil (2023):

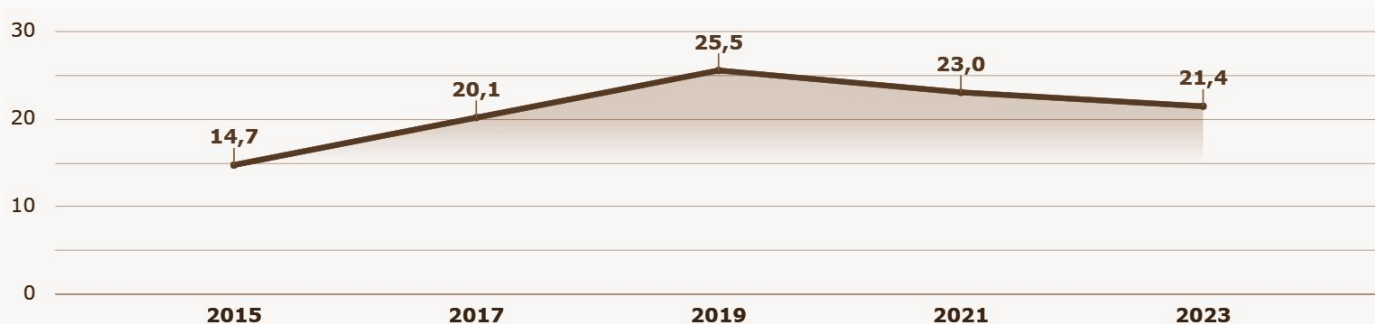
21,4% - IIE Matemática

27,9% - IIE Língua

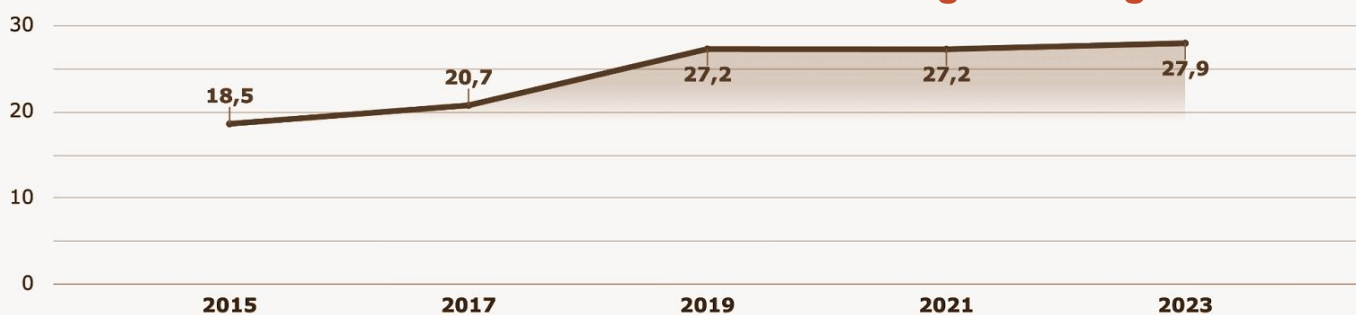
Vale lembrar que o IIE adota, metodologicamente, o corte de 300 pontos no SAEB como referência para o nível básico de aprendizagem, a partir do qual considera haver inclusão educacional. Há quem defenda que, pela forma como o SAEB está estruturado, deveríamos ser mais exigentes com a pontuação em Matemática.

Outra informação que chama atenção, ao comparar 2019 com 2023, é que a pandemia teve um impacto negativo maior no IIE Matemática, enquanto o IIE Língua Portuguesa praticamente não se moveu no período e, chegou inclusive, a apresentar leve crescimento em 2023.

Índice de Inclusão Educacional - Matemática¹



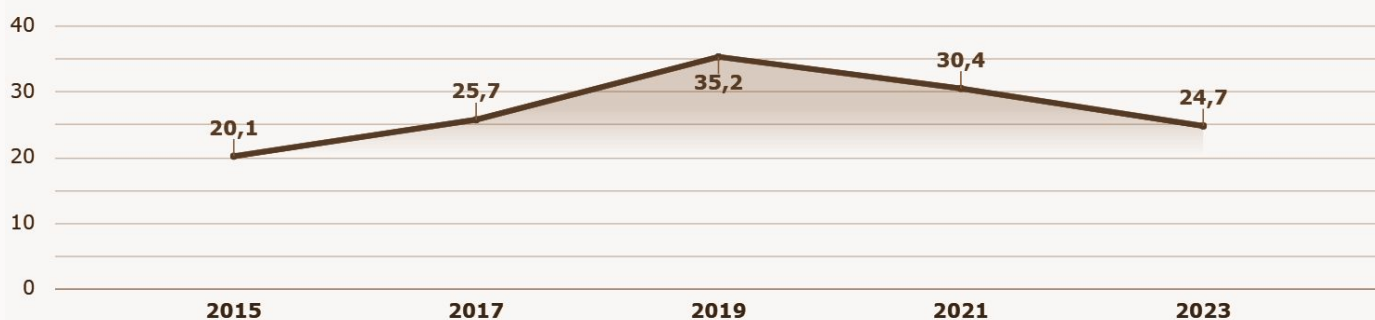
Índice de Inclusão Educacional - Língua Portuguesa¹



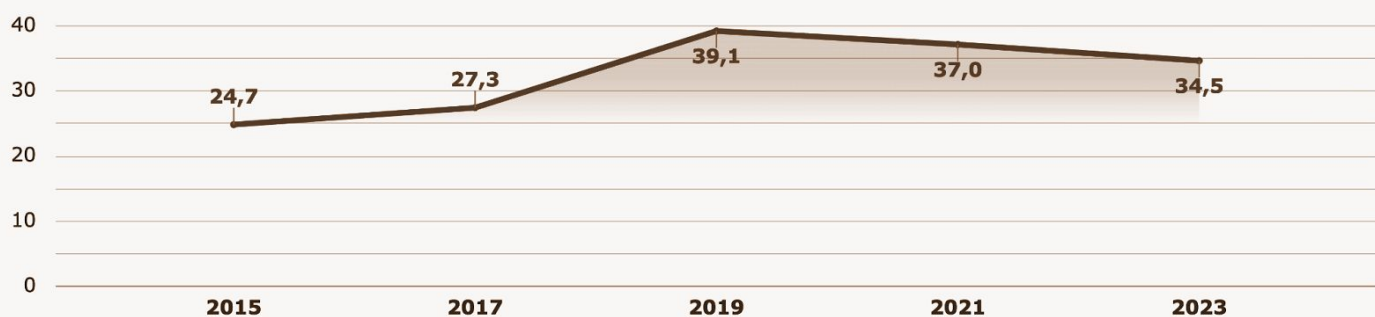
Outros dados relevantes aparecem quando olhamos para os estados. Enquanto no IIE Língua (2023) há estados se aproximando de 40%, como São Paulo e Paraná (34,5% e 35,7%, respectivamente), no IIE Matemática nenhum estado atinge sequer 30%.

São Paulo, em particular, chama a atenção. O estado apresenta um IIE Língua (2023) de 34,5%, praticamente empatado com o Paraná, que lidera o ranking. No entanto, no IIE Matemática (2023), o desempenho é bem inferior, com 24,7%. Mais impressionante ainda é o impacto da pandemia no estado. No IIE Matemática, houve uma queda de 10,5 pontos percentuais entre 2019 e 2023; já no IIE Língua, a queda foi de apenas 4,6 pontos percentuais.

Índice de Inclusão Educacional - Matemática¹



Índice de Inclusão Educacional - Língua Portuguesa¹



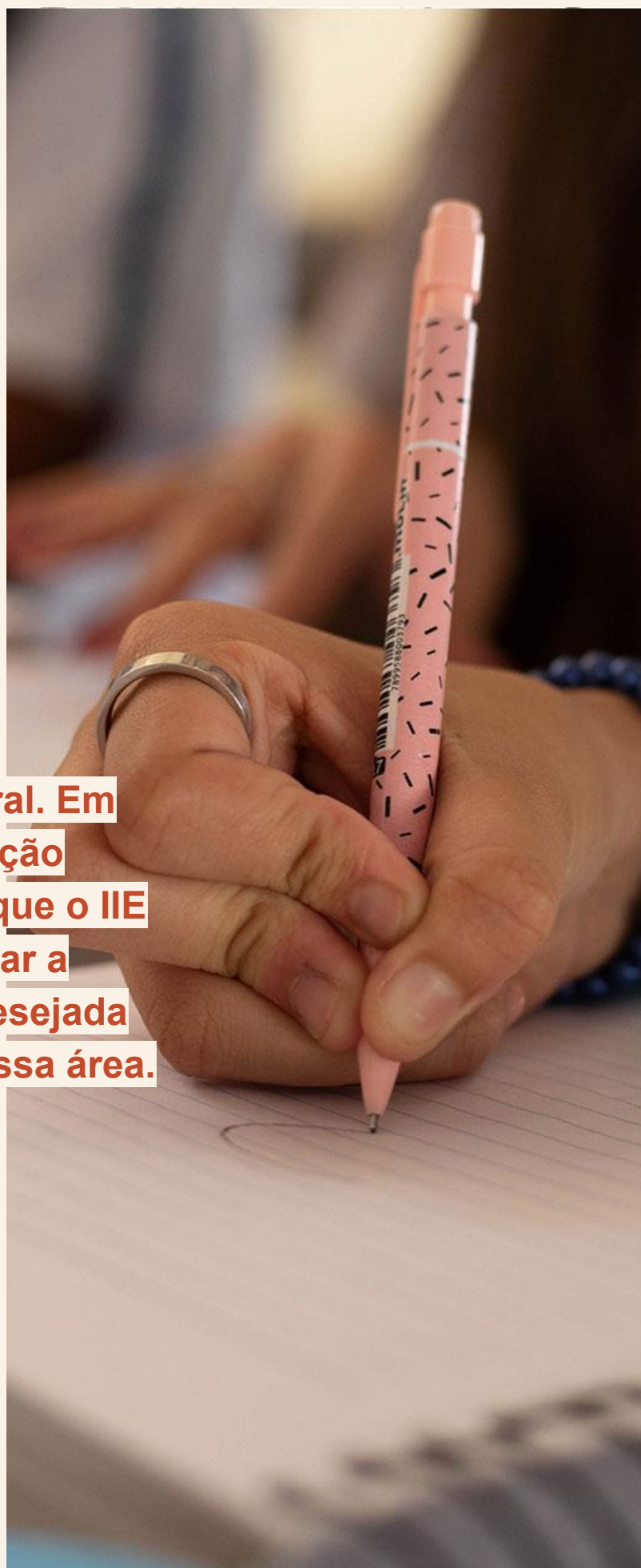
Comparando com os estados mais bem colocados no IDEB do ensino médio e no próprio IIE, São Paulo, parece ter sido o estado que mais sofreu, especificamente em matemática, em função da pandemia.

Considerando a característica do IIE de acompanhar a trajetória da geração e o fato de que o efeito da pandemia se concentrou em 2020 e 2021, é razoável associar esse resultado de 2023 principalmente ao desempenho do ensino médio.

Essa é, sem dúvida, uma péssima notícia para os alunos que se formaram em 2023. Ao mesmo tempo, pode ser uma boa notícia do ponto de vista da capacidade do sistema educacional: os resultados ruins parecem ser mais localizados na geração que sofreu com a pandemia do que refletir problemas estruturais permanentes. Isso sugere uma chance concreta de retomada mais rápida aos patamares de 2019 — e até de superá-los — caso boas políticas públicas continuem sendo implementadas no estado.

A matemática é um tema central. Em uma visão integrada da educação básica — que é justamente o que o IIE propõe — é impossível alcançar a qualidade de aprendizagem desejada sem avanços consistentes nessa área.

Da mesma forma, os ganhos nos indicadores socioeconômicos associados à melhora do IIE também não ocorreriam sem avanços em matemática.



No entanto, é fundamental que o país evite repetir estratégias pouco produtivas do passado. Reconhece-se a importância e urgência do tema, governos e organizações do terceiro setor passam a direcionar energia e recursos, mas sem soluções estruturantes ou capacidade de implementação na ponta. O resultado costuma ser um conjunto de iniciativas isoladas, poucos resultados em escala, descontinuidade e, depois, anos em que o tema desaparece da agenda.

Um caminho mais promissor é aproveitar as políticas que já existem — ou que estão em construção — nas áreas de alfabetização, ensino fundamental e ensino médio, garantindo que elas incorporem as mudanças necessárias para avançarmos em matemática. Para isso, é essencial contar com indicadores e objetivos que permitam olhar simultaneamente para Língua Portuguesa e Matemática, e não apenas para uma delas ou para a média entre ambas. O IIE tem exatamente essa propriedade.



PARTE II

20 de fevereiro de 2026

Capítulo 4

IIE e a Matemática (parte 2)

Como falei no capítulo anterior, a baixa aprendizagem em matemática é um problema estrutural da educação brasileira. Também destaquei a importância da perspectiva apresentada pelo IIE Matemática — e pelo próprio IIE — que contribui para uma visão mais sistêmica da educação básica.

Ressalto aqui, novamente, a importância de avaliar indicadores que mostrem diferentes perspectivas e, sobretudo, de interpretá-los corretamente.

Como saber o real tamanho do problema em relação à matemática na educação básica?

Ao olhar para o IDEB, vemos uma média entre matemática e língua portuguesa, o que dilui uma leitura específica da matemática. Um outro caminho é observar o percentual de alunos acima do nível básico ou adequado. Tenho visto, com frequência, a utilização desse percentual no ensino médio como um bom retrato da realidade do tema. **Infelizmente, não é.**



Esse dado — que foi de 28,7% (acima do básico) e 4,1% (acima do adequado) no último ciclo do SAEB — representa o percentual de estudantes do 3º ano do ensino médio avaliados no SAEB que performaram acima das notas de corte correspondentes da prova. Ou seja, é um ótimo dado para entender o que ocorreu com a turma que chegou ao final do ensino médio, mas não traduz com precisão qual foi a capacidade do nosso sistema educacional como um todo de formar jovens com as competências propostas em matemática. Isso ocorre porque o indicador não considera aqueles que se perdem no caminho.

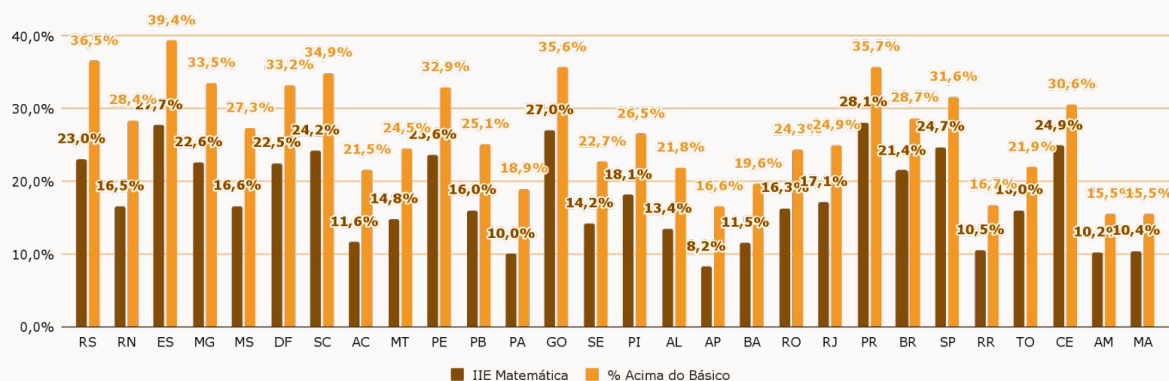


Quando olhamos o IIE Matemática — que se propõe a responder, dada uma geração que entrou no sistema de educação básica, quantos conseguiram se formar no ensino médio até os 18 anos com nível de aprendizagem acima do básico — ou mesmo quando analisamos o ISE (Índice de Sucesso Educacional) Matemática, da família de indicadores do IIE, que utiliza a mesma metodologia, porém observa os que atingiram nível acima do adequado, percebemos que a realidade é ainda mais desafiadora do que parece.

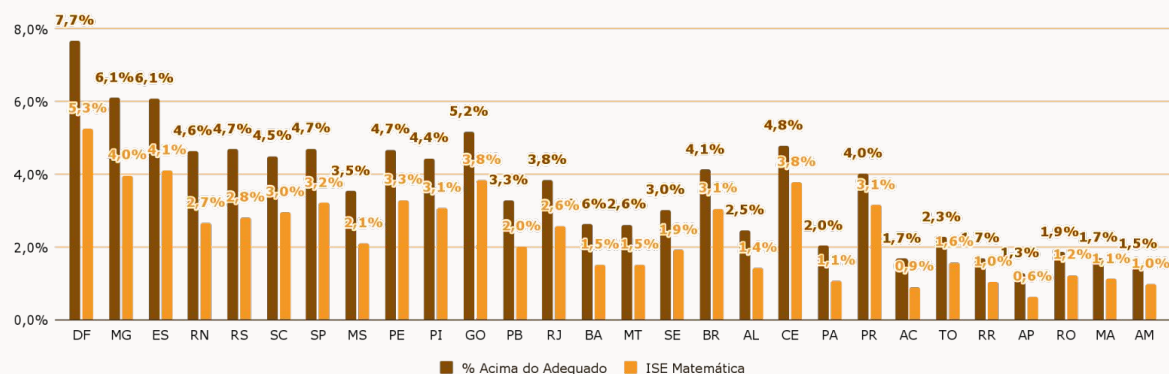


Podemos observar pelos gráficos que os índices de inclusão educacional ou de sucesso educacional são consistentemente inferiores aos percentuais de alunos acima do básico e do adequado, respectivamente. Isso já seria esperado pela própria natureza do indicador, mas nos permite ter uma fotografia mais realista da capacidade do nosso sistema educacional de entregar aos jovens as competências e conhecimentos matemáticos necessários.

Diferença entre % Acima do Básico Matemática (300 pts) e IIE Matemática - 2023 Ordenado da maior para a menor diferença



Diferença entre % Acima do Básico Matemática (375 pts) e ISE Matemática - 2023 Ordenado da maior para a menor diferença



Quando aplicamos essa lente ao conjunto do país, o retrato torna-se ainda mais claro. Observando o Brasil, temos que apenas 3,1% da geração com 17 anos em 2023 (último ciclo do SAEB divulgado) conseguiu se formar no ensino médio até os 18 anos com nível de aprendizagem considerado adequado ao final do ensino médio em matemática (375 pontos no SAEB). Quando utilizamos o corte da inclusão educacional (300 pontos no SAEB), esse número sobe para 21,4%, mas ainda fica distante dos quase 30% observados quando analisamos o indicador de alunos acima do nível básico no SAEB do ensino médio.

Essa perspectiva é importante por dois motivos: permite que entendamos essa questão como uma questão de país, estrutural da educação básica que começa lá na alfabetização e não como um problema exclusivo, ou que poderia ser resolvido exclusivamente por meio, do ensino médio. E também para evitar incentivos equivocados que levem a soluções excludentes que “expulsem” alunos no meio do caminho como estratégia implícita de melhora artificial dos indicadores de quem conclui o ensino médio.

Mais uma vez, é fundamental que o país não utilize esses dados para repetir estratégias pouco produtivas que já aconteceram no passado. Reconhece-se a importância e a urgência do tema; governos e organizações do terceiro setor passam a direcionar energia e recursos, mas muitas vezes sem soluções estruturantes ou capacidade de implementação na ponta. O resultado costuma ser um conjunto de iniciativas isoladas, poucos resultados em escala, descontinuidade e, posteriormente, anos em que o tema desaparece da agenda.

Um caminho mais promissor é aproveitar as políticas que já existem — ou que estão em construção — nas áreas de alfabetização, ensino fundamental e ensino médio, garantindo que incorporem ajustes curriculares, pedagógicos e de gestão capazes de sustentar avanços consistentes em matemática ao longo de toda a trajetória escolar.



PARTE II

12 de fevereiro de 2026

Capítulo 5

IIE e PIB per capita



Faz um tempo, conversando com uma pessoa que não atua na área da educação, comentei que o Brasil vem apresentando avanços importantes nessa agenda. Citei, inclusive, estados como Ceará e Pernambuco, que deram saltos relevantes em etapas específicas da educação básica. Curioso e animado, ele fez a seguinte pergunta: e nesses estados, conseguimos ver algum impacto em indicadores de desenvolvimento, como o PIB per capita, por exemplo?

Já ouvi variações dessa pergunta, substituindo o PIB per capita por produtividade ou outros indicadores econômicos. Todas, no entanto, expressam a mesma inquietação. Se é verdade — como indicam a literatura e as evidências — que educação e capital humano estão diretamente relacionados à produtividade e ao desenvolvimento, seria razoável esperar encontrar essa correlação de forma mais direta no Brasil, ou ao menos em estados ou municípios que melhoraram de maneira relevante seus sistemas educacionais.

Tenho conversado com diversos especialistas das áreas de educação, economia ou campos correlatos com o objetivo de desenhar estudos que consigam traduzir melhor essa relação no contexto brasileiro. O fato é que, até aqui, há muitas hipóteses plausíveis e estudos pontuais, mas poucas conclusões macro, robustas e sustentadas por evidência empírica consolidada.

Enquanto essas conclusões não estão disponíveis, escrevo este capítulo para discutir o tema a partir de um ponto específico: mostrar que não se deve julgar a melhoria da educação por efeitos que, simplesmente, ela não é capaz de produzir — ao menos não no curto prazo e não da forma como muitas vezes se imagina.

Ao longo do texto, utilizarei o PIB per capita como exemplo, mas o argumento se aplica, em grande medida, a outros indicadores socioeconômicos.



Começo destacando que o **aumento do PIB per capita depende de múltiplos fatores**. O capital humano — e, por consequência, o nível da educação básica — é um deles, e um fator relevante, mas está longe de ser o único. Isso significa que, **se a educação básica melhora enquanto outros fatores estruturais se deterioram, é necessária uma leitura muito mais cuidadosa** do cenário para compreender o impacto específico da educação sobre o PIB per capita.

Em outras palavras, o crescimento, a estabilidade ou mesmo a queda do PIB per capita, por si só, não dizem nada sobre a melhoria ou não da educação — e o inverso também é verdadeiro. Por isso, uma melhora substantiva na educação básica pode gerar efeitos positivos sobre o PIB per capita sem que isso se reflita imediatamente no indicador agregado, em função da influência de outros determinantes.

Dito isso, vale explorar duas questões centrais. A primeira é: o que exatamente queremos dizer quando falamos de uma melhoria da educação capaz de impactar indicadores socioeconômicos? A segunda, diretamente relacionada à primeira, é uma armadilha comum de interpretação dessa relação: quanto tempo leva para que uma geração mais bem educada, ao ingressar no mercado de trabalho, produza efeitos perceptíveis em indicadores calculados para toda a população?

O que significa melhorar a educação em um nível capaz de impactar indicadores socioeconômicos?

Muitas ações podem ser classificadas como melhorias na educação: ampliar o acesso, melhorar a formação e as condições de trabalho dos professores, garantir materiais didáticos para todos os estudantes ou alcançar avanços parciais de aprendizagem, como na alfabetização.

Embora todas essas ações sejam importantes, dificilmente qualquer uma delas, de forma isolada, é suficiente para produzir impactos mensuráveis em indicadores socioeconômicos agregados. Para isso, é necessário que mais jovens concluam o ensino médio — última etapa da educação básica — preparados para continuar seus estudos, seja no ensino superior ou técnico, seja para ingressar no mercado de trabalho ou no empreendedorismo com uma base mínima de instrução que lhes permita aproveitar oportunidades de desenvolvimento ao longo da vida.

É razoavelmente intuitivo que melhorias pontuais em apenas um dos muitos fatores que influenciam a educação não sejam capazes de produzir essa mudança estrutural. O mesmo raciocínio vale quando olhamos para a trajetória escolar como um todo.

Por mais que avancemos na alfabetização, se essas crianças não conseguirem seguir sua trajetória escolar e concluir a educação básica com um nível minimamente aceitável de aprendizagem, não haverá impacto relevante em indicadores socioeconômicos como o PIB per capita.



Isso ocorre porque, no nível de complexidade de mercado que já temos no Brasil — marcado por exigências cognitivas crescentes e maior uso de tecnologia — a alfabetização básica, por si só, não constitui uma preparação suficiente.

Por isso, quando falamos de melhorias na educação com potencial de impactar o desenvolvimento de um país, estamos nos referindo a algo como o proposto no Índice de Inclusão Educacional (IIE). O índice mede a capacidade dos sistemas educacionais de levar suas crianças a se tornarem jovens que concluem o ensino médio até os 18 anos, com um nível de aprendizagem pelo menos acima do básico.

Isso responde à primeira pergunta. Melhorias que não sejam capazes de alterar de forma consistente o IIE — seja nos estados, seja no Brasil como um todo — tendem a ser insuficientes para produzir impactos relevantes sobre o PIB per capita e outros indicadores socioeconômicos.

Quanto tempo leva para esse efeito aparecer nos indicadores agregados?

Para responder a essa pergunta, faço a seguir uma análise deliberadamente simplificada, cujo objetivo é apenas tornar o argumento mais claro.

Dados oficiais do IBGE indicam que as coortes anuais de nascimento no Brasil, têm se situado na faixa de 2 a 2,5 milhões de crianças. Em um cenário sem repetência ou evasão — abstraindo variações demográficas e migratórias que não comprometem o raciocínio — isso corresponderia a um número semelhante de concluintes do ensino médio a cada ano.



Com um IIE de 15,5% em 2023, isso significa algo entre 310 mil e 387,5 mil jovens concluindo o ensino médio com as características que a metodologia do índice considera como inclusão educacional.

Suponha agora que o país consiga elevar o IIE em 10 pontos percentuais em apenas um ano — um cenário muito improvável —, passando de 15,5% para 25,5%. Se o capital humano é um fator relevante para o PIB per capita, poderíamos esperar algum reflexo dessa melhora.

Esse avanço representaria um aumento de aproximadamente 200 mil a 250 mil jovens incluídos educacionalmente em relação ao ano com IIE de 15,5% e portanto, nesse cenário, teríamos entre 510 mil e 637,5 mil jovens formados no ensino médio com aprendizagem adequada naquele ano.

Quando colocamos esse número em perspectiva populacional, o limite do efeito agregado fica evidente. A população economicamente ativa no Brasil, responsável pela geração do PIB — e, por consequência, do PIB per capita — ultrapassa os 100 milhões de pessoas. Um acréscimo de algumas centenas de milhares de jovens, ainda nos primeiros anos de inserção no mercado de trabalho, é insuficiente para alterar indicadores calculados a partir de uma base populacional dessa magnitude, e especialmente no curto prazo.

Para que efeitos mais claros e causais apareçam em indicadores agregados, seriam necessárias várias gerações e um crescimento sustentado e relevante do IIE ao longo do tempo.



É importante distinguir três níveis distintos de análise. No nível individual, a melhoria da educação amplia oportunidades e trajetórias produtivas. No nível das coortes, aumentos consistentes do IIE estão associados a melhores indicadores sociais e econômicos para essa geração específica. Já no nível agregado, os efeitos só emergem de forma clara quando essas melhorias se acumulam ao longo do tempo e passam a representar uma parcela significativa da população economicamente ativa.

Portanto, se quisermos capturar de forma mais rápida os efeitos da melhoria da educação — mensurada pela evolução do IIE —, o foco da análise precisa estar nessa geração específica de jovens egressos do ensino médio, e não em indicadores calculados para toda a população.

Uma forma mais adequada de capturar esses efeitos é, portanto, deslocar o foco da análise dos indicadores agregados para a própria coorte de jovens que experimenta a melhoria educacional. É exatamente esse o caminho adotado por Reynaldo Fernandes, Fabiana de Felício, Maria Cristina Galvão e Patrícia Franco Ravaioli no estudo *Relação entre o Índice de Inclusão Educacional (IIE) e alguns indicadores socioeconômicos selecionados*, ao analisar desfechos diretamente associados a essa faixa etária, e evitar a diluição estatística típica de indicadores calculados populacionais amplos.

Outros estudos seguem essa mesma linha, indicando que, à medida que a proporção de pessoas com educação básica adequada cresce de forma consistente na população, os efeitos cumulativos tendem, sim, a se refletir em indicadores que mensuram a sociedade como um todo — ainda que esse seja, necessariamente, um processo gradual e de longo prazo.

Infelizmente, não parece haver atalhos ou caminhos mais curtos. Por isso, investir em boas políticas públicas de forma consistente e acelerada continua sendo a única estratégia possível.

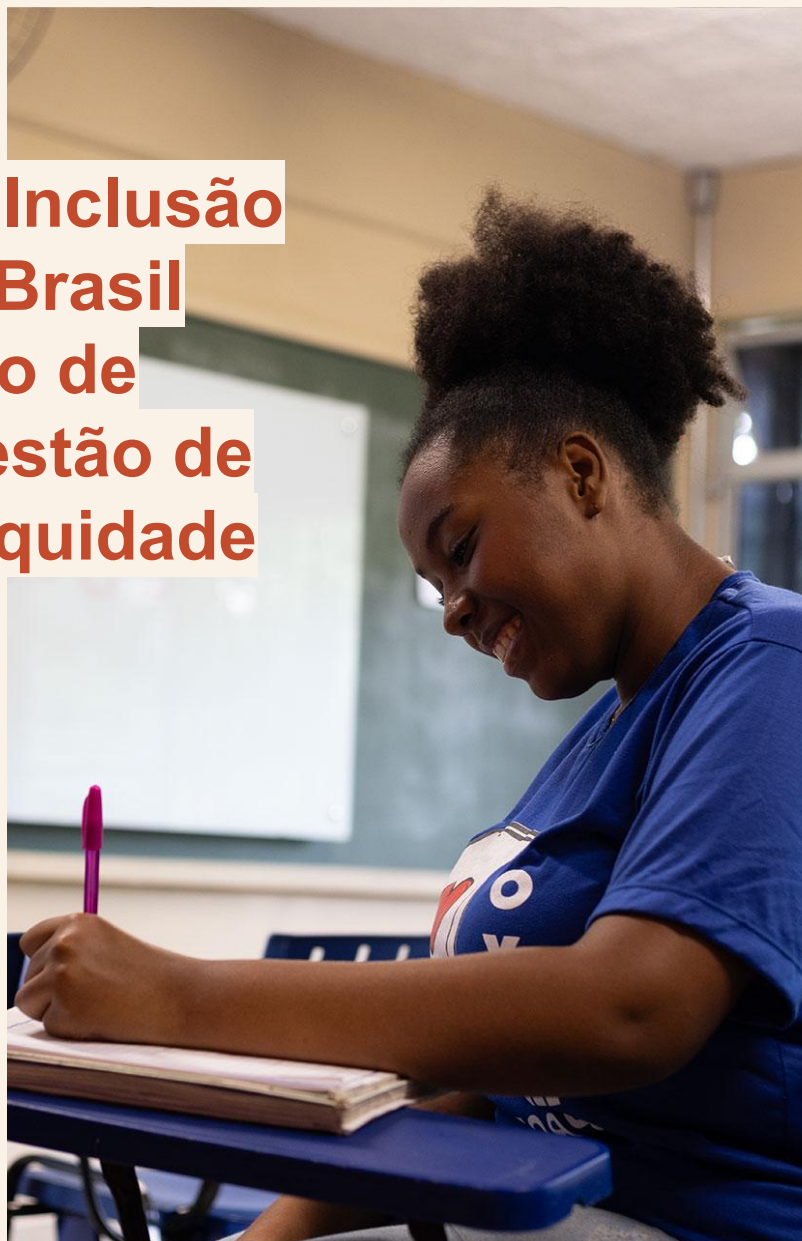
PARTE II

5 de março de 2026

Capítulo 6

Melhorar o Índice de Inclusão Educacional (IIE) do Brasil não é só uma questão de educação, é uma questão de desenvolvimento e equidade

Muitas vezes, nos grupos que debatem educação pública no Brasil, vemos grande profundidade na discussão de indicadores educacionais, mas uma grande dificuldade em extrapolá-los para seu impacto em indicadores socioeconômicos. Claro que essas análises existem, mas, em geral, baseiam-se em hipóteses, literatura e estimativas, e raras são as vezes em que esse impacto é encontrado em escala na realidade atual.



O Índice de Inclusão Educacional (IIE), por ser um indicador que concentra a melhoria de todo o processo da educação básica, pode ser uma ferramenta mais apropriada para se correlacionar com a melhoria de indicadores socioeconômicos.

Estudo feito pela Metas Sociais, com apoio do Instituto Natura, traz evidências robustas de que a educação básica de qualidade não é apenas um fim em si mesma, mas um motor que transforma indicadores socioeconômicos (ISEs). O estudo utiliza o Índice de Inclusão Educacional (IIE), uma métrica que vai além da média simples: ela mede quantos jovens concluem o ensino médio na idade certa e com o aprendizado necessário (proficiência básica).

A ciência por trás do impacto: o que os dados dizem?

A pesquisa utilizou uma metodologia rigorosa de “dados em painel”, acompanhando diferentes gerações em todos os estados brasileiros entre 2007 e 2019. O ponto central é que os pesquisadores observaram a educação no passado e os resultados sociais no futuro, o que permite inferir uma relação causal: a melhoria na educação básica provoca melhorias na sociedade.

Aqui estão os resultados em que o IIE se mostrou um poderoso preditor de transformação social:

1. Saúde e bem-estar familiar

O estudo revelou que o aumento no IIE está diretamente ligado a:

- **Redução da gravidez na adolescência:** Existe uma relação negativa considerável entre o IIE e a incidência de gravidez entre 15 e 17 anos.
- **Melhor acompanhamento gestacional:** Jovens com melhor trajetória educacional realizam mais consultas de pré-natal (sete ou mais), garantindo gestações mais seguras.
- **Preservação da vida:** O aumento da qualidade educacional está associado à redução de óbitos por causas evitáveis na juventude.



2. Segurança pública e combate à violência

A educação é uma das ferramentas mais eficazes na prevenção da criminalidade. Os dados mostram que:

- **Redução de homicídios:** Um IIE mais alto está correlacionado à diminuição das taxas de homicídios entre jovens de 18 a 21 anos.
- **Combate à violência contra a mulher:** O estudo identificou que a melhoria na inclusão educacional reduz significativamente os casos de violência doméstica e violência geral contra a mulher.
- **Redução de crimes de ódio:** Houve uma correlação clara entre o aumento do IIE e a diminuição de atendimentos de saúde motivados por violência por sexismo.



3. Prosperidade econômica e mercado de trabalho

O impacto no bolso e na produtividade do país é evidente:

- **Menos jovens "Nem-Nem":** O aumento do IIE reduz a parcela de jovens que não trabalham e nem estudam.
- **Acesso ao ensino superior:** Melhores resultados na educação básica provocam um aumento real tanto no ingresso quanto na conclusão da universidade.
- **Empregos de qualidade:** Aos 27 anos, indivíduos de gerações com maior IIE apresentam taxas de ocupação mais altas e maior probabilidade de estarem em empregos com rendas acima da média e jornadas adequadas.



O poder de 10 pontos: uma simulação do futuro

Para tornar esses dados tangíveis, o estudo simulou o que aconteceria se o Brasil aumentasse o IIE em apenas 10 pontos percentuais. O resultado, para uma única geração, seria transformador:

- **43 mil gestações na adolescência a menos;**
- **4 mil vidas preservadas de óbitos por causas evitáveis;**
- **127 mil novos jovens no ensino superior;**
- **154 mil novas pessoas ocupadas no mercado de trabalho.**

Os dados não deixam dúvidas: investir para que o jovem aprenda e conclua a escola na idade certa é o melhor investimento econômico que um estado pode fazer. A educação de qualidade reduz gastos futuros com saúde e segurança, além de aumentar a arrecadação e a renda média da população. Não se trata apenas de formar alunos, mas de construir uma nação mais segura, saudável e próspera.

Para que esse efeito seja alcançado, porém, não bastam melhorias pontuais no processo educacional. É preciso cumprir a proposta do IIE: apoiar as crianças que entram no sistema educacional para que completem toda a sua trajetória escolar no tempo adequado e com, pelo menos, um nível básico de aprendizagem.

PARTE II



12 de março de 2026

Capítulo 7

IIE e o gargalo dos anos finais do ensino fundamental

Como já escrevi, o Índice de Inclusão Educacional (IIE) tem como uma de suas características mais importantes o fato de olhar para a educação básica de forma integrada. Ou seja, ele não observa apenas uma etapa específica da trajetória escolar, tampouco apenas indicadores de aprendizagem ou de fluxo.

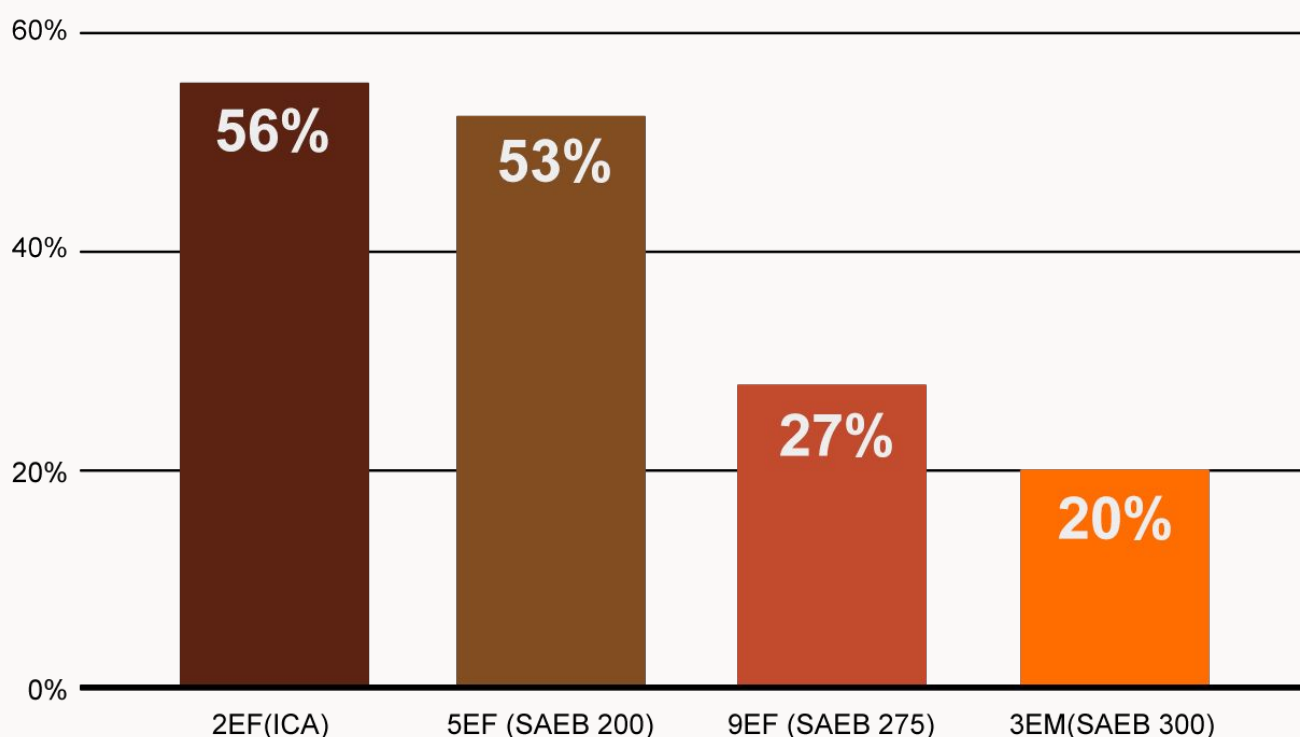
O índice procura capturar tudo ao mesmo tempo, respondendo a uma pergunta relativamente simples: para uma determinada geração, qual o percentual de jovens que conseguiu completar a trajetória escolar até os 18 anos, prazo considerado adequado, com aprendizagem ao menos no nível básico em língua portuguesa e matemática?

Ao fazer isso, o IIE acaba representando, de certa forma, a performance da educação básica como um todo.

Esse tipo de abordagem é importante porque o processo educacional é, essencialmente, um processo de valor adicionado. Cada etapa da escolaridade é fortemente influenciada pelas etapas anteriores. Por isso, para compreender de fato o desempenho do sistema educacional, não basta observar apenas um ponto da trajetória — é necessário olhar para o conjunto.

No quadro abaixo, podemos observar esse fenômeno de maneira bastante clara. Quando analisamos alfabetização, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio e observamos o percentual de estudantes acima do nível básico — com o corte utilizado no cálculo do IIE — aparece um padrão bastante consistente: há uma queda significativa entre os anos iniciais e os anos finais do Ensino Fundamental.

Percentual de alunos com desempenho acima do básico em relação ao total - Brasil (2023)



Mesmo essa não sendo uma análise longitudinal e sim uma fotografia dos resultados de 2023, é possível ter uma ideia do fenômeno, que é particularmente relevante se quisermos, de fato, melhorar os resultados educacionais do país e capturar todos os benefícios sociais e econômicos associados à melhoria da educação básica.

Hoje, o Brasil já conta com políticas relativamente robustas voltadas para a alfabetização. Ainda há muito a avançar, mas existe um conjunto consistente de políticas públicas e iniciativas da sociedade civil voltadas para garantir que as crianças aprendam a ler e escrever na idade certa.

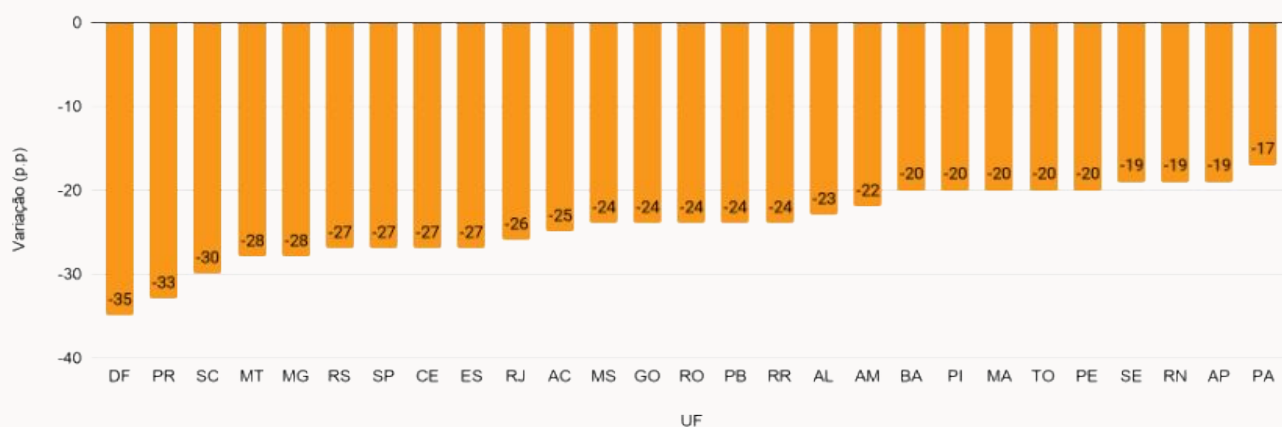
Esses esforços certamente produzirão impactos positivos na alfabetização e, por consequência, nos resultados do Ensino Fundamental I. Como o processo educacional é cumulativo, melhorias nas primeiras etapas tendem a gerar efeitos positivos nas etapas seguintes.

No entanto, mesmo com esse avanço, se não melhorarmos o desempenho do Ensino Fundamental II, continuaremos observando uma queda significativa na trajetória dos estudantes.

Parte da melhoria virá naturalmente com os avanços na alfabetização. Mas isso não será suficiente. **A capacidade do sistema educacional de promover aprendizagem nos anos finais do Ensino Fundamental ainda está aquém do que deveria.**

Isso fica ainda mais evidente quando observamos estados que costumam aparecer entre os sistemas educacionais mais consistentes do país, como Espírito Santo, Goiás e São Paulo. Mesmo nesses estados, ao comparar o percentual de estudantes acima do nível básico no Fundamental I e no Fundamental II, observa-se uma lacuna relevante entre as duas etapas, reforçando a ideia de que os anos finais do Ensino Fundamental representam um dos principais desafios, ainda pouco endereçados, da educação básica brasileira.

Varição entre o percentual de alunos com desempenho acima do básico no 5º ano e no 9º ano do EF - Unidades da Federação, Brasil (SAB 2023)



Há ainda uma característica interessante da própria dinâmica da educação básica que ajuda a entender melhor esse desafio. Quanto mais próximo do final da trajetória escolar ocorrem as melhorias de aprendizagem, mais imediato tende a ser o impacto sobre os indicadores sócio econômicos.

Se, por exemplo, um estudante que estava abaixo do nível básico ao ingressar no Ensino Médio consegue atingir pelo menos o nível básico, o impacto é direto: ele entra na vida adulta com uma formação mais adequada e isso se reflete imediatamente nos indicadores socioeconômicos associados, direta ou indiretamente, à educação.

Já quando o avanço acontece muito no início da trajetória — por exemplo, na alfabetização ou no Ensino Fundamental I — o ganho é extremamente importante, mas não há garantias de que se manterá até o final da educação básica. Ao longo do percurso, a qualidade das etapas seguintes pode fazer com que parte desses avanços se perca.

Isso ajuda a explicar por que melhorias nas etapas iniciais, embora essenciais, nem sempre se traduzem automaticamente em melhorias equivalentes nos resultados finais da educação básica e, por consequência, em indicadores sócio econômicos.

Intervenções no início da trajetória tendem a ser mais fáceis de implementar e produzir ganhos mais rápidos, porque os estudantes ainda acumulam pouca defasagem, mas não há garantias de que os avanços se manterão até o final da trajetória escolar. Já intervenções no final dessa trajetória podem gerar impactos mais diretos e poderosos nos resultados finais, mas são muito mais difíceis, justamente porque os estudantes já chegam com lacunas acumuladas ao longo de muitos anos.

Nesse sentido, o Ensino Fundamental II ocupa uma posição estratégica. Ele não está no início da trajetória, onde os ganhos são mais fáceis, nem no final, onde os impactos são mais imediatos. Está exatamente no meio desse fluxo, funcionando como uma espécie de ponte entre os avanços obtidos nas etapas iniciais e os resultados que queremos observar ao final da educação básica.

Isso reforça a importância de dar maior atenção a essa etapa.

Nos últimos anos, começou a ganhar mais força no debate educacional a ideia da chamada “escola das adolescências”. Trata-se de reconhecer que o Ensino Fundamental II corresponde a uma fase específica do desenvolvimento dos estudantes — marcada por transformações cognitivas, emocionais e sociais — e que, portanto, exige modelos pedagógicos e organizacionais próprios.

As políticas voltadas para essa etapa ainda são pouco estruturadas quando comparadas às que existem hoje para alfabetização ou mesmo para o Ensino Médio. Mas alguns caminhos começam a se consolidar.

Um deles é a discussão sobre a adequação curricular para essa fase da vida e outro, cada vez mais presente, é a expansão das escolas de tempo integral nessa etapa. Alguns estados já vêm apoiando seus municípios na implementação de escolas integrais nos anos finais, ao mesmo tempo em que ampliam esse modelo em suas próprias redes. O Ministério da Educação também passou a incentivar esse movimento por meio de políticas nacionais voltadas à expansão da educação integral.

Se esse caminho se consolidar, ele poderá representar um avanço importante para enfrentar o gargalo que hoje existe nessa etapa.

Mas para que isso aconteça de forma consistente, será necessário ir além de iniciativas pontuais. Melhorar o Ensino Fundamental II exigirá políticas públicas robustas, capazes de atuar simultaneamente sobre várias dimensões do sistema educacional — currículo, formação docente, gestão escolar, organização do tempo escolar e acompanhamento sistemático da aprendizagem.

Além disso, será fundamental que essas políticas sejam construídas de forma articulada entre União, estados e municípios, dada a natureza compartilhada das responsabilidades educacionais no Brasil.

Se quisermos que os ganhos obtidos na alfabetização e nos anos iniciais do Ensino Fundamental se traduzam, de fato, em trajetórias educacionais completas e em maiores níveis de aprendizagem ao final da educação básica, será necessário olhar com muita atenção para o Ensino Fundamental II.

Muito provavelmente, o avanço do IIE nos próximos anos passará, em grande medida, pela capacidade do país de enfrentar esse desafio.

PARTE II

26 de março de 2026

Capítulo 8

Resultados do ICA e uma visão integrada da educação básica

Com os resultados do Indicador Criança Alfabetizada (ICA) de 2025, foi divulgado também o dado de que o Brasil superou a meta de 64% e alcançou a marca histórica de 66% de crianças alfabetizadas na idade certa. Um crescimento de quase 7 pontos percentuais.

Vinte estados superaram suas metas, e apenas dois não evoluíram. Um deles é o Ceará, que segue com os melhores resultados do país e apresentou apenas uma variação negativa de um ponto percentual.

É importante celebrar os resultados e reconhecer que estamos no caminho certo, sem perder de vista que ainda estamos distantes do patamar desejado, acima de 95%.

Dito isto, gostaria de destacar dois pontos que considero muito importantes.





Boa política pública é o que transforma a educação.

É claro que a educação acontece na escola, por meio de professores, gestores escolares e demais profissionais do setor. No entanto, para que esse trabalho aconteça de forma consistente, boas políticas públicas são fundamentais.

E, quando falo de política pública, não me refiro apenas a leis, mas a um conjunto de iniciativas que, quando implementadas de forma adequada, contínua e com ajustes ao longo do tempo, são capazes de transformar os resultados de aprendizagem.

- O tema da alfabetização chama a atenção pela quantidade de bons fundamentos das políticas aplicadas no país.
- É uma política que nasce nos estados e municípios e não foi construída do zero em Brasília;
- Respeita e estimula os arranjos locais de regime de colaboração;
- É institucionalizada em lei;
- Cada estado possui sua própria política, em colaboração com os municípios e alinhada à política nacional;
- Há uma forma de avaliar o resultado final, e não apenas resultados intermediários;
- Existe um indicador simples de entender (ICA), comparável no tempo e no espaço;
- Há metas claras, prioridade política e uma sociedade civil muito engajada.

Não me lembro de outras políticas públicas que tenham reunido, ao mesmo tempo, todos esses elementos. **Certamente, trata-se de uma experiência que pode servir de inspiração.**

Esse é um avanço para todas as etapas — e não apenas para a alfabetização.

Tenho defendido aqui, por meio do uso do IIE, uma visão integrada da educação básica: o entendimento de que cada etapa impacta a seguinte e de que o verdadeiro resultado para o indivíduo e para o país é o cumprimento de toda a trajetória escolar com qualidade — e não apenas de partes dela.

No entanto, é comum que quem esteja mais focado em uma agenda específica não perceba a importância das demais.

Um exemplo simples ajuda a ilustrar esse ponto.

Uma professora do 3º ano do ensino fundamental que recebe 80% de seus alunos alfabetizados terá condições de desenvolver um trabalho muito mais potente — efetivamente focado no currículo do 3º ano — do que uma professora que recebe apenas 40% dos alunos alfabetizados.

No primeiro caso, ela pode se dedicar ao currículo, à matemática, à equidade e a outros objetivos da etapa. No segundo, isso dificilmente acontecerá.

Pode surgir a impressão de que a não alfabetização na idade certa será resolvida nos anos subsequentes. No entanto, os dados mostram que o percentual de alunos acima do nível básico ao final do ensino fundamental I é inferior ao ICA. Isso indica que, mesmo quando há avanços posteriores, eles frequentemente ocorrem à custa do não aprendizado de outros conteúdos esperados para aquela etapa.

Esse padrão se repete ao longo da trajetória: o percentual de alunos acima do básico no ensino fundamental II é inferior ao do fundamental I, e o mesmo ocorre na passagem para o ensino médio.

Claro que a recomposição de aprendizagem é uma estratégia importante e deve receber grande atenção. No entanto, **ela não será suficiente se o problema não for enfrentado na origem.**

Isso significa que, ao avançarmos no percentual de crianças alfabetizadas na idade certa, estaremos, por consequência, criando melhores condições para o avanço nas demais etapas. Retomando o exemplo anterior: a mesma professora do 3º ano, na mesma escola e com as mesmas condições de trabalho, tende a obter melhores resultados ao receber alunos já alfabetizados.

É verdade que os efeitos completos só aparecem quando essas novas gerações avançam ao longo da trajetória escolar. Ainda assim, trata-se de um ganho estrutural já realizado.

O Índice de Inclusão Educacional Legado (IIE Legado) permite, justamente, capturar esse efeito sistêmico ao longo do tempo.

Termino com o velho dilema entre o filme e a foto: celebrar o avanço ou reconhecer que ainda temos um quadro muito desafiador.

Sem tirar os pés do chão, considero que este é um momento de otimismo responsável.

Abaixo, incluo uma tabela com os resultados por estado (fonte: Sistemas Estaduais de Avaliação 2023 a 2025).

Sigla UF	Nome UF	Percentual de alunos alfabetizados Sistemas estaduais de avaliação			Metas					
		2023 (%)	2024 (%)	2025 (%)	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028	Meta 2029	Meta 2030
-	Brasil	56	59	66	64	67	71	74	77	> 80
AC	Acre	-	51	68	57	62	67	72	76	> 80
AL	Alagoas	44	49	64	56	61	67	72	76	> 80
AM	Amazonas	52	49	57	61	66	70	73	77	> 80
AP	Amapá	42	47	60	54	60	66	71	76	> 80
BA	Bahia	37	36	55	50	57	64	70	75	> 80
CE	Ceará	85	85	84	> 80	> 80	> 80	> 80	> 80	> 80
DF	Distrito Federal	-	59	65	63	67	71	74	77	> 80
ES	Espírito Santo	68	72	77	72	74	75	77	79	> 80
GO	Goiás	67	73	80	71	73	75	77	78	> 80
MA	Maranhão	56	60	69	64	68	71	74	77	> 80
MG	Minas Gerais	60	72	74	66	70	72	75	78	> 80
MS	Mato Grosso do Sul	47	56	66	58	63	68	72	76	> 80
MT	Mato Grosso	55	61	75	63	67	71	74	77	> 80
PA	Pará	48	48	58	59	64	68	73	77	> 80
PB	Paraíba	51	56	71	61	65	69	73	77	> 80
PE	Pernambuco	59	61	66	66	69	72	75	78	> 80
PI	Piauí	52	60	77	62	66	70	74	77	> 80
PR	Paraná	73	70	80	75	76	77	78	79	> 80
RJ	Rio de Janeiro	52	55	60	61	66	70	73	77	> 80
RN	Rio Grande do Norte	37	39	48	51	57	64	70	75	> 80
RO	Rondônia	65	63	75	70	72	74	76	78	> 80
RR	Roraima	-	-	57	-	62	67	72	76	> 80
RS	Rio Grande do Sul	63	45	52	69	71	74	76	78	> 80
SC	Santa Catarina	61	62	59	67	70	73	75	78	> 80
SE	Sergipe	31	38	50	46	54	61	68	75	> 80
SP	São Paulo	52	58	61	61	65	70	73	77	> 80
TO	Tocantins	44	50	61	55	61	67	72	76	> 80



Conclusão – O caminho a seguir

Ao longo destes capítulos, procurei mostrar que a melhoria da educação básica exige mais do que avanços pontuais ou leituras fragmentadas. O desafio brasileiro é estrutural e demanda uma visão integrada da trajetória escolar — da alfabetização ao ensino médio — com foco simultâneo em fluxo e aprendizagem.

O Índice de Inclusão Educacional oferece uma forma de organizar esse olhar. Ao sintetizar a capacidade do sistema de formar jovens com aprendizagem adequada no tempo certo, ele ajuda a alinhar diagnóstico, prioridades e ambição. Ao mesmo tempo, evidencia o quanto ainda precisamos avançar — e a urgência de políticas públicas consistentes, contínuas e baseadas em evidência.

Há sinais positivos: avanços na alfabetização, maior estruturação de políticas em diferentes etapas e maior disponibilidade de dados. Mas também há gargalos claros, como a aprendizagem em matemática e os desafios do Ensino Fundamental II.

O trabalho, portanto, está longe de concluído. Espero que este material contribua para ampliar o uso do IIE como ferramenta de análise e gestão. E, sobretudo, que incentive pesquisadores, gestores públicos e organizações a aprofundar esse debate, testar caminhos e acelerar a construção de um sistema educacional capaz de garantir trajetórias completas para todos.

instituto natura



AVON